

IECLB NO OESTE DO PARANÁ E A EMERGÊNCIA DO CAPA

Tarcísio Vanderlinde*

Resumo: Este artigo analisa a presença da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB, no oeste do Paraná e a emergência do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor - CAPA. A agricultura familiar, enquanto opção imobiliária relacionada à construção do espaço colonial no oeste do Paraná, a partir dos anos 50, subsistiu como um projeto arcaizante à margem do processo capitalista de avanço no campo. A partir dos anos 60 e 70, “cercada” e “questionada” pela modernização agrícola, adaptou-se ao sistema capitalista de forma gradativa e singular. O CAPA está empenhado em indicar o *norte* aos pequenos agricultores diante das dificuldades impostas pela contemporaneidade. A possibilidade da construção de uma *nova paisagem* como um caminho alternativo para pequenos agricultores é sinalizada nessa reflexão.

Palavras-chave: IECLB, CAPA, agricultura familiar, espaço colonial, oeste do Paraná.

Resume: This article analyze the presence of the Evangelic Church of Lutheran Confession in Brazil - IECLB, in the west of Paraná and the emergency of the Center of support to the small agriculturist - CAPA. The familiar agriculture, as an fixative option relation to the construction of the colony space in the west of Paraná, in the 50's, subsisted as an archaist project in the capitalism process of advance in camp. In the 60's and the 70's, “enclosed” and “questioned” by the agricultural modernization was adjusted to the capitalism system in a singular and gradually way. CAPA's project is strengthen to indicate north's to the small agriculturists in front of the difficulties imposed by the contemporaneity. The possibility of construction of a new scenary as an alternative way to the small agriculturist is demonstrated in this reflection.

Key Words: IECLB, CAPA, familiar agriculture, colony space, west of Paraná.

* Professor do Curso de Geografia da Unioeste, *Campus* de Marçal Cândido Rondon/PR. Doutorando em História pela UFF.

A finalidade deste artigo é historicizar a presença da IECLB no oeste do Paraná e o surgimento, neste contexto, do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor - CAPA. O texto vai mais longe ao abordar, de forma panorâmica, a organização da IECLB no Rio Grande do Sul a partir do final do século XIX. Antes, porém, consideramos pertinente dedicar alguns parágrafos para responder uma pergunta: O que o reformador Lutero pensava sobre assuntos de economia? E, neste caso, seu pensamento ainda se relaciona com a prática contemporânea do CAPA?

A análise fundamenta-se em texto de Marc Lienhard, sobre tempo, vida e mensagem de Martin Lutero.¹ Informa o autor que muitas comissões econômicas ocorreram ou se manifestaram no século XVI. O comércio com o ultramar deslanchou, criando grandes companhias comerciais e financeiras. O autor informa que, durante a Idade Média, a igreja tinha podido impor a proibição de empréstimos e juros. A partir dos séculos XIV e XV, porém, a evolução de economia tinha assestado certos golpes nesta prescrição. A partir do final do século XIV, fazia-se frutificar o dinheiro ao praticar-se o juro por penhores, o comércio bancário, os juros outorgados aos estados ou, ainda, com os negócios das grandes companhias comerciais. Em numerosos escritos, Lutero exprimiu o seu ponto de vista sobre o assunto. No entanto, as advertências de Lutero não obstruíram a evolução econômica em andamento, tendo podido, no máximo, contribuir para que um ou outro legislador mantivesse as taxas de juro bastante baixas (5% na Saxônia) (LIENHARD, 1998: 202-205).

Na história das teorias econômicas e em comparação com Calvino, Lutero tem sido geralmente descrito como um espírito conservador. Parece ter-se orientado, no essencial, em função de uma economia do tipo agrário. Segundo Lutero, seria muito mais de acordo com a vontade de Deus fomentar a agricultura e reduzir o comércio. Fica claro, porém, que ele não pretendeu estabelecer teorias sobre

¹ Marc Lienhard, nascido em 1935, é professor de História do Cristianismo Moderno e Contemporâneo na Universidade de Ciência Humanas, e de Teologia e História Eclesiástica na Faculdade de Teologia, ambas de Estrasburgo, França. É um dos mais notáveis especialistas em Lutero, mas seus estudos também abrangem outros ramos da Reforma, como o anabatismo e os movimentos dissidentes do século XVI, de um modo geral. É autor de numerosos livros e artigos em revistas especializadas, publicadas em diversos idiomas. Em 1997, foi eleito presidente da Igreja de Confissão de Augsburg, na Alsácia e Lorena.

economia ou legislar sobre o assunto. Na verdade, meditou como pastor, sobre a boa maneira de os fiéis utilizarem a propriedade, mas os seus propósitos tinham comumente um alcance mais geral. Ele era da opinião de que não se podia negar que comprar ou vender são atividades necessárias, que não podem ser dispensadas. Posicionou-se, porém, contra o comércio exterior que trazia mercadorias de Calcutá e da Índia e de outros lugares e os quais serviam somente para ostentação, sem qualquer utilidade, sugando o dinheiro do país e das pessoas (LIENHARD, 1998: 203).

Em tratado escrito em 1524, Lutero iria concentrar-se ainda mais em certas práticas comerciais. Lutero mencionou diversos exemplos que mostram ter percebido bem, e de maneira crítica, os mecanismos financeiros do capitalismo nascente. Assim, criticou aqueles que compram todo o estoque de algum bem ou mercadoria numa região ou numa cidade para tê-lo em seu exclusivo poder e, então, poderem fixar o preço, elevá-lo e vender tão caro quanto queiram ou possam. Estigmatizou aqueles que passam a oferecer sua mercadoria tão barato, que os outros não conseguem acompanhar, forçando-os assim a deixarem de vender ou a se arruinarem. Estes exemplos, segundo Lienhard, demonstram que Lutero deixa transparecer uma perspicácia que desmente a ingenuidade que se lhe tem atribuído algumas vezes no assunto (LIENHARD, 1998: 204).

O *dumping* e o monopólio, práticas comerciais perniciosas ainda em vigor neste início do século XXI, já foram denunciadas por Lutero no início do século XVI. As idéias de Lutero sobre economia, ainda lançam luz para a contemporaneidade. As denúncias de Lutero sobre práticas mercantilistas perversas, mantêm atualidade quando relacionadas ao cotidiano dos agricultores familiares no oeste do Paraná. É contra algumas questões deste gênero que agricultores familiares no oeste do Paraná se articulam para sobreviver neste início de milênio. Antes de detalharmos este assunto, destacaremos a história da IECLB e o surgimento do CAPA.

Surge a IECLB

Em dissertação que aborda a história dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e o luteranismo, Walter O. Steyer (1999) esclarece

sobre a origem e diversidade das igrejas luteranas no Brasil. A dissertação de Steyer se volta para a história do Sínodo Evangélico Luterano Alemão de Missouri, Ohio e outros Estados no Rio Grande do Sul no início deste século. No último capítulo da obra, dedica-se a analisar a rivalidade existente entre o Sínodo Missouri em implantação, e o já existente Sínodo Riograndense resultante do agrupamento das comunidades evangélicas anteriormente existentes no estado.

Steyer afirma que a rivalidade que se seguiu entre estes dois sínodos, por razões de ordem doutrinal², na disputa pelas famílias evangélicas alemãs, embora lamentável, também contribuiu para uma melhor dinâmica do trabalho sinodal, em benefícios, para o imigrante alemão e seu descendente teuto-brasileiro (STEYER, 1999:153). Um destes benefícios, segundo Steyer, foi a rede de escolas de bom nível que se foi formando junto às comunidades à medida que elas se iam constituindo em torno desses dois sínodos. *“Sem medo de errar, podemos afirmar que as escolas mantidas por ambos os Sínodos foram uma contribuição decisiva para o desenvolvimento econômico e cultural do imigrante alemão, do seu descendente teuto-brasileiro e, assim, do próprio Estado do Rio Grande do Sul”* (STEYER, 1999: 142). Steyer ainda informa que a rivalidade diminuiu à medida que as igrejas diminuíram sua dependência pastoral estrangeira, formando cada vez um maior corpo ministerial nacional. Segundo o autor, hoje existe um relacionamento fraterno mútuo, onde se destacam projetos comuns na área de produção teológica. *“O que faz prever um novo horizonte no relacionamento entre ambas as igrejas que se formaram a partir do imigrante alemão no Brasil”* (STEYER, 1999:150).

² Steyer ressalta que o Sínodo Missouri, justifica sua vinda para o Rio Grande do Sul, pela existência de luteranos entre os imigrantes alemães e que estavam sendo absorvidos por um sínodo não luterano. *A Deutsche Evangelisch-Lutherische Synode von Missouri, Ohio und anderen Staaten, colocara como um dos seus objetivos arrebatar imigrantes luteranos dispersos pela América, por julgar-se guardião do luteranismo confessional* (Steyer, 1999, p.148). Steyer afirma que houve uma transferência das questões teológicas, especialmente europeias, para o cenário das colônias alemãs do Rio Grande do Sul (p.147). *Se o Sínodo Rio-Grandense se tivesse identificado luterano por ocasião de sua fundação (1886), como fora a proposta original de Rotermund (Dreher, 1984, p.96) e como efetivamente o fez em 1922, certamente o Sínodo de Missouri não teria vindo. Por outro, o fato de o Sínodo Rio-Grandense “não ter uma base confessional clara” (Dreher, 1984, p.96), deu plenos direitos ao Sínodo de Missouri de enviar pastores aos imigrantes alemães evangélicos luteranos e, assim, implantar, como sínodo, o luteranismo confessional no Rio Grande do Sul* (Steyer, 1999, p. 152).

Passados os decênios, convivem hoje no Brasil duas grandes Igrejas Luteranas. A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, formada em 1968 da fusão do Sínodo Riograndense, Caixa de Deus, Associação de Comunidades Evangélicas de Santa Catarina e Paraná e o Sínodo do Brasil Central (Dreher, 1984, p. 16,18), conhecida pela sigla IECLB, e o ex - Distrito Brasileiro do Sínodo Missouri, que a partir de 1954 passou a denominar-se Igreja Evangélica Luterana do Brasil, também conhecida pela sigla IELB. Ambas Igrejas somam hoje cerca de um milhão de membros no Brasil (STEYER, 1999:153).

Os dois sínodos estiveram presentes na construção do espaço colonial no oeste do Paraná, fazendo-se presentes em Marechal Cândido Rondon através de suas respectivas comunidades, mantendo ambos escolas de caráter confessional de primeiro grau e ensino médio. Gregory ressalta a presença da IECLB e da ICLB no processo de expansão geográfica dos alemães pelo Brasil. Aponta a formação de uma rede de igrejas luteranas nas frentes de colonização como sintoma da dispersão dos imigrantes alemães pelo território brasileiro, o que, na visão do autor, explicaria, em parte, a vasta influência germânica no País. Destaca que *um dos exemplos mais significativos de resistência cultural foi a criação e manutenção de escolas alemãs vinculadas às comunidades evangélicas e católicas nas colônias alemãs* (GREGORY, 1997: 150-152).³

A IECLB no Oeste do Paraná

A partir daqui, nossa abordagem se volta especificamente ao trabalho da IECLB e sua presença no oeste do Paraná, uma vez que nosso enfoque na pesquisa se dá ao surgimento do CAPA, que acontece no contexto do ramo luterano mencionado. Sobre a presença da IECLB no

³ A relação do protestantismo com a preservação da cultura é percebida por Luiz Felipe de Alencastro e Maria Luiza Renaux, em capítulo que leva o título *Caras e modos dos migrantes e imigrantes*. O capítulo faz parte do volume 2 da *História da vida privada no Brasil*. Sobre o espírito comunitário das primeiras comunidades luteranas, Alencastro e Renaux destacam que *“entre os recém-chegados, a solidariedade também se manifestou na edificação da igreja e da escola. Aí os imigrantes alemães demonstraram o mesmo empenho conjunto revelado na abertura das roças, na construção de suas casas, na organização do lazer. Como a maioria deles era de fé luterana, foram luteranas as primeiras comunidades religiosas a formar-se nas colônias do sul”* (Alencastro e Renaux, p. 326-329).

oeste do Paraná e o desenvolvimento dos respectivos serviços pastorais, o pastor Pawelke assim informa:

A história do serviço pastoral tem o seu início com a colonização da firma Petry-Meier-Annes em Sol de Maio. Muitos dos colonizadores eram evangélicos. Mas em 1920 não se tinha boa possibilidade de alcançar o oeste do Paraná por terra. O caminho geral é o Rio Paraná. Por isso o Pastor Karl Richert da colônia Hohenau, Paraguai, fez os serviços eclesiais nas comunidades de Foz de Iguazu e Sol de Maio, viajando de navio de Encarnacion até Foz e Sol de Maio. São essas as comunidades evangélicas mais antigas do oeste do Paraná. Com os rumores da revolução de 1924 e da guerra mundial de 1939 a 1945, essas comunidades eram perseguidas, os estrangeiros tinham de retirar-se da fronteira, o Pastor Richert se mudou para Assuncion e assim terminou até 1950 o movimento das comunidades evangélicas no oeste do Paraná (PAWELKE, 1970:58).

A partir do relato do pastor, pode-se perceber a presença de luteranos no oeste do Paraná antes do chamado período colonial discutido por autores que destacaremos nesta reflexão. O Pastor Pawelke informa que o primeiro culto depois da guerra, no oeste do Paraná, aconteceu em Toledo e foi ministrado pelo Pastor Schiemann, em janeiro de 1951, sendo que a primeira assembléia geral ordinária do Distrito Oeste do Paraná, que seria também assembléia de sua fundação, aconteceu igualmente naquela cidade, em 8 de setembro de 1966. O Pastor registra que estiveram presentes a esta assembléia as paróquias de Maripá, Capanema, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Cascavel e Toledo. Chama atenção o fato de, nesta assembléia, ter sido elaborado um memorando para juntar assinaturas de criadores de suínos, enviando o mesmo ao governo, explicando o paradoxo do preço baixo da carne de suíno (PAWELKE, 1970: 58)⁴. A questão do memorando pode ser encarado como um ato precursor de atividades voltadas ao social estimuladas pelas lideranças da igreja luterana.

Sobre a história da IECLB no Brasil, o Pastor Pawelke abre, em

⁴ Pawelke, em seu livro *Ficando Rico no Oeste do Paraná*, destaca um sintético relato sobre a história da IELB, produzido pelo pastor Carlos H. Warth. Neste relato não há qualquer menção sobre os conflitos existentes com a IECLB no início do século XX, que foram abordados por Walter Steyer, já mencionados anteriormente.

seu livro, espaço para síntese elaborada pelo Pastor Breno Schumann, que se fundamenta em texto de autoria de Dr. Joachim Fischer, docente de história eclesiástica da Faculdade de Teologia⁵, publicado pela “Presença Luterana” no ano de 1970.

O texto sintetizado pelo Pastor Schumann destaca que a imigração alemã, resultado da política de colonização do Império, trouxe os primeiros grupos de evangélicos ao Brasil. O relato destaca as dificuldades de sobrevivência das primeiras comunidades evangélicas no Brasil. Informa que, durante 40 anos, nenhum organismo missionário pensou em enviar um único pastor para o Rio Grande do Sul. Além disso, havia as questões de ordem legal que influíam diretamente sobre a vida dos luteranos. O Império, por exemplo, não reconhecia o casamento dos evangélicos, nem mesmo no caso de núpcias contraídas antes da imigração. A situação nos primórdios das comunidades evangélicas é assim sintetizado por Schumann:

É natural que, nos primórdios, centralizassem seu interesse no esforço de organização e consolidação próprias. As distâncias e a insuperável dificuldade de comunicação impediriam qualquer outra atitude. Pode-se lamentar esse isolacionismo. Mas há facetas positivas a se destacar. Em primeiro lugar, o desenvolvimento das comunidades ocorreu em clima de liberdade estrutural. Além disso, como decorrência, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil organizou-se gradativamente, a partir das bases, sem superposição de qualquer cúpula e isenta de vícios de tutela e protecionismo estatal (SCHUMAN, *apud* PAWELKE, 1970:61)⁶.

A Igreja Luterana, segundo o relato de Schumann, só teria sobrevivido dentro das circunstâncias do Estado brasileiro, por manter os estreitos vínculos, inclusive jurídicos, com a igreja-mãe da Alemanha. Deste vínculo fazia parte o envio de pastores, evangelistas, professores, diáconos e diaconisas, remessa de literatura e considerável auxílio financeiro. Este vínculo foi abalado durante os períodos de guerras, o que acabou provocando ações que resultaram numa maior autonomia no que tange à estrutura para a formação de pastores, autonomia jurídica

⁵ O autor não informa de qual faculdade de teologia é o Dr. Joachim Fischer. Concluo que possa ser do Centro Teológico de Formação de Pastores em São Leopoldo, Rio Grande do Sul.

⁶ É possível que esta independência tenha gerado alguns dos embates teológicos com o Sínodo Missouri, comentados por Walter Steyer.

da Igreja e aproximação dos diversos sínodos. É neste contexto que, em 1946, é fundada pelo Sínodo Riograndense, a faculdade de Teologia, em São Leopoldo. Com a aproximação dos sínodos, em 1949 funda-se a Federação Sinodal, sendo que, em 1954, surge a designação *Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*, em concílio eclesiástico realizado naquele ano. O concílio eclesiástico extraordinário de 1968 adotaria, por unanimidade, a nova constituição, consagrando a reestruturação julgada necessária à vida da Igreja. A partir da estruturação, a IECLB tem procurado ampliar seu campo de ação e vida, tendo em vista as necessidades atuais (SCHUMANN, *apud* PAWELKE, 1970, p. 62-65)⁷. A partir da fase autônoma da IECLB, ao final dos anos sessenta, Schumann sintetiza a situação da Igreja Luterana:

Isso significa que, após a arrancada inicial, precisamos esforçar-nos para garantir a continuidade de tudo isso – com recursos humanos próprios. As condições impostas pelo subdesenvolvimento dificultam, sem dúvida, certas realizações. Mas representam também um desafio ao nosso esforço e fidelidade. Por outro lado, a amplitude ou modéstia do serviço prestado não são o decisivo. Importante é a missão que o Senhor da Igreja e do mundo nos confia: anunciar o Evangelho aos homens. E só isso deve encorajar-nos a renovar diariamente nossa esperança: a certeza de que Cristo cumpre sua promessa (SCHUMANN, *apud* PAWELKE, 1970: 64-65).

No entanto, a história dos luteranos num contexto que não iria atingir exclusivamente a eles, iria mudar radicalmente a partir dos anos 70 no oeste do Paraná. Erneldo Schallenberger e Silvio Antônio Colognese, ao pesquisarem sobre migrações e comunidades cristãs, destacando o modo-de-ser evangélico-luterano no oeste do Paraná, destacam que as circunstâncias decorrentes da conjuntura nacional e internacional interferiram significativamente no processo de desenvolvimento regional, imprimindo uma dinâmica que fugia do controle da população do oeste do Paraná. O oeste do Paraná passa a sofrer interferências geopolíticas e imperialistas que acabam alterando significativamente a dinâmica social e a organização do espaço, como já tivemos oportunidade em desenvolver em outros estudos sobre as

⁷ Neste campo de ação e vida, é mencionada a ação da IECLB entre os indígenas de Tenente Portela. No futuro, a inserção social da IECLB iria provocar o surgimento do CAPA, objeto deste trabalho.

metamorfoses que aí passam a ocorrer. Neste sentido, os autores mencionados informam que, de um espaço colonial, o oeste torna-se novamente um espaço de aventura, na busca do enriquecimento fácil e rápido, o que faz cair padrões de ética e conduta. *“Neste sentido, a partir do final da década de 1970, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Oeste do Paraná começou a compreender melhor o contexto sociocultural que a envolvia. Aproximou-se das questões sociais. Passou a assumir como sua a luta pela justiça e pela dignidade dos seus fiéis e do conjunto da população. A encarnação social do evangelho se traduziu em ações pastorais mais socializadas”* (SCHALLENBERGER e COLOGNESE, 1994: 26-28). Os autores mencionados descrevem o cenário onde os agricultores evangélicos-luteranos são inseridos e onde irão emergir os novos desafios da IECLB:

A mecanização agrícola e o modelo agrícola agroexportador, associados à política agrícola que favorecia linhas de crédito e definia uma política de preços a produtos determinados, fez com que se acelerasse o processo de competição no meio rural. Deste modo, os proprietários mais avantajados tiveram, via de regra, maiores possibilidades de se adequar às exigências do modelo agroexportador, o que lhes permitiu uma apropriação mais eficiente de novas tecnologias e de novos equipamentos, garantindo-lhes maior produtividade e, conseqüentemente, maior renda e capacidade de investimento. Os pequenos proprietários, ao contrário, não conseguiram, muitas vezes, acompanhar as exigências impostas pelo processo de modernização ou, em fazendo-o, levaram a desvantagem na competição a partir dos resultados obtidos, o que reverteu na sua descapitalização, além da perda do domínio tecnológico sobre o processo de produção. (...) Nesta relação a terra deixou de ser um espaço social de produção da vida para se tornar um espaço de competição e conflito, reproduzindo distorções sociais que conduziram a uma marginalização crescente e ao êxodo rural (SCHALLENBERGER e COLOGNESE, 1994: 45).

Este é o cenário que vai provocar reflexões na IECLB, no que tange à forma de atuar com seus fiéis. Uma maior inserção social passa para a ordem do dia. Neste contexto surge a Comissão Pastoral da Terra e, na seqüência, o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, amparando o agricultor impactado, estimulando novas estratégias de vida diante dos desafios da contemporaneidade.

Surge o CAPA

Ao discutir a propriedade familiar no oeste do Paraná, destacamos estudo de Gregory que aborda a saga dos euro-brasileiros na construção do espaço colonial⁸ nas décadas de 1940 a 1970. Tratando da produção familiar e das inovações tecnológicas neste contexto (1997: 289-309), o autor informa que o extremo-oeste passou por modificações no que tange à estrutura fundiária, à população rural e ao mercado agrícola, fato que provocou redução da mão-de-obra familiar, além do crescimento de assalariados permanentes, temporários e de parceiros. Salienta sobre a pertinência da reflexão voltada para a propriedade familiar diante do processo de modernização do campo. Observa, a exemplo do que já abordamos, que a propriedade familiar resiste apesar do avanço do capitalismo no campo e dos pressupostos teóricos clássicos que apontaram um outro caminho para a pequena propriedade. Informa que, no sul do Brasil, essas propriedades absorveram os impactos da modernização, transformando-se em empresas familiares, “*demonstrando que foram capazes de se darem bem na agricultura moderna e de adaptarem às mudanças em curso*”.

A exemplo de outros teóricos, Gregory destaca a pequena produção como elemento de discussão sobre o desenvolvimento nacional, uma vez que ela acompanha o desenvolvimento, registrando inclusive aumento da produção e produtividade. No entanto, salienta o professor Gregory, as mudanças no meio rural afetaram o cotidiano dos colonos, que tiveram basicamente duas saídas: a resistência pela rejeição à modernidade ou a migração.⁹

Os colonos, ou seus descendentes que construíram o espaço colonial no oeste do Paraná, têm-se articulado de diversas formas no

⁸A fase que antecedeu a formação do espaço colonial caracteriza-se pela predominância de uma espécie de latifúndio por exploração, denominada de *obrages*. Este latifúndio é explicitado por Wachowicz, quando aborda o cotidiano de *Obrageiros Mensus e Colonos*. Venilda Zaatkamp e outros pesquisadores da história do oeste do Paraná também fazem referências às *obrages*.

⁹A crise do espaço colonial é discutida por Urbano Theobaldo Mertz, que destaca as diversas articulações engendradas pelos colonos com base no espírito associativista como estratégias de enfrentamento diante das dificuldades que surgiram com a tecnificação do meio rural. A criação do Conselho de Desenvolvimento Agropecuário, do qual o CAPA é integrante, faz parte dessas estratégias.

enfrentamento e engendramento de soluções de sobrevivência diante dos desafios crescentes a eles impostos¹⁰. As saídas foram a partir de cooperativas e associações diversas. Neste contexto é que surge, na órbita de atuação de determinado grupo de pequenos proprietários, o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, organização não governamental com finalidades específicas voltadas para a gestão e viabilização da pequena propriedade.

Já mencionamos que, diante dos desafios que se apresentaram, começou-se a discutir, no âmbito das igrejas, sindicatos, associações e entidades diversas, possibilidades concretas para os pequenos agricultores, entre os quais predomina a mão-de-obra familiar. Nestas discussões, começam a ser detectadas possibilidades que perpassam pela produção leiteira, fruticultura, piscicultura, indústrias caseiras, empreendimentos turísticos, entre outras. Todas com objetivo de propor a revitalização da propriedade familiar ainda remanescente. Este foi o contexto em que, a partir de uma experiência anterior no Estado do Rio Grande do Sul, surge em Marechal Cândido Rondon, em 1997, o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor - CAPA, organização não-governamental de fomento a iniciativas voltadas à sobrevivência e viabilização da pequena propriedade. A qualificação do agricultor parece ser um dos seus objetivos.

O CAPA - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – é organização não-governamental ligada ao Sínodo Rio Paraná, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB. A organização objetiva principalmente promover a união dos agricultores familiares, visando à diversificação da produção e à comercialização, além de desenvolver tecnologias viáveis preservando o meio ambiente. Visa, igualmente, resgatar a consciência da função social da terra, como produtora de

¹⁰Ernelo Schallenberger e Sílvia Antônio Colognese pesquisaram sobre as migrações e comunidades cristãs, mais especificamente sobre o modo-de-ser evangélico-luterano no oeste do Paraná. Sobre esta particularidade, os autores informam que “no caso das comunidades evangélicas luteranas do oeste do Paraná, onde a vivência da mesma fé constitui importante fator de identidade, a apreensão das representações religiosas dos sujeitos assume grande pertinência”. Merece aqui ser destacada a obra organizada por Venilda Saatkamp, e que tem por título *Desafios, Lutas e Conquistas*. Ivo Oss Emer, ao apresentar o texto, ressalta ser uma pesquisa local e uma primeira explicação histórica realizada com a participação de professores da Faculdade de Ciências Humanas, de acadêmicos, de professoras das escolas públicas e particulares, sobre a história de Marechal Cândido Rondon.

alimentos saudáveis e abundantes para o povo, além de apoiar e lutar pelo desenvolvimento da saúde comunitária. Além das intenções já mencionadas, o CAPA empenha-se em apoiar e estimular o sindicalismo *autêntico* e desenvolver políticas no sentido de reduzir o êxodo rural, em especial o dos jovens. Segundo Arzemiro Hoffman, pastor sinodal da IECLB, o trabalho desenvolvido pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, ao longo de sua existência, vem demonstrando sua eficácia na construção da cidadania no meio rural. Os resultados alcançados e explicitados nos relatórios testemunharam que a viabilização caminha, necessariamente, pela via técnica e comunitária. Afirma o pastor que *“a construção cidadã de pequenos agricultores exigiu sempre um esforço pedagógico de perceber o lugar vivencial onde o grupo se encontra (seu hábitat, seus costumes, suas referências...) para, a partir daí, construir alternativas viáveis para sua sobrevivência econômica e social”*.

Nesta avaliação, é possível concluir que o propósito do CAPA, como uma entidade não-governamental, vincula-se aos interesses da IECLB em relação mediata, porém não exclusiva, com os evangélicos-luteranos. E, sobre estes, Schallenberger e Colognese (1995) informam que sua presença no oeste do Paraná foi marcada pela trajetória do processo migratório e colonizador do sul do Brasil. Os autores ainda informam *“os impactos gerados pela modernização do capitalismo na agricultura, o que provocou deslocamentos tanto ao nível das representações quanto ao das formas concretas de produção e organização da existência”*. É neste contexto que inicia a história do CAPA como entidade não-governamental e com vínculo à IECLB.

Segundo relato realizado por Jadir Zimmermann, publicado no jornal *Costa Oeste* em 22 de junho de 2000, com o título: *Rondonenses conquistam o selo de qualidade orgânica*, é possível concluir que este selo é uma conquista que garante a qualidade orgânica dos produtos cultivados nas propriedades de Marechal Cândido Rondon. A pergunta que se faz é a seguinte: Quem são esses agricultores que conquistaram este selo?

A reportagem afirma que um grande número de produtores rurais compareceram ao saguão da prefeitura municipal de Marechal Cândido Rondon, no dia 19 de junho de 2000, à tarde, quando aconteceu a solenidade de lançamento do *Selo de Qualidade Orgânico* da ACEMPRE - Associação Central dos Mini-Produtores Rurais Evangélicos¹¹. O

¹¹ Este autor esteve presente a esta solenidade.

referido selo, com certificação do IBD - Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural, garante a qualidade orgânica dos produtos cultivados em determinadas propriedades agrícolas de Marechal Cândido Rondon.

A reportagem destaca que o CAPA é uma iniciativa da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil que, juntamente com a ACEMPRE, visa assessorar e apoiar os agricultores e familiares na diversificação das pequenas propriedades, priorizando a produção agroecológica. Para atingir seus objetivos, o CAPA e a ACEMPRE atuam conjuntamente na organização dos agricultores familiares, na assistência e planejamento da produção e no apoio à comercialização¹².

O relato destaca que, para concretizar suas metas, as duas entidades buscam atuar de forma conjunta e conveniada com outros órgãos e entidades, através de parcerias e convênios. A reportagem destaca que, com o apoio da municipalidade, estão sendo atendidas mais de 100 famílias de pequenos agricultores nas atividades de horticultura orgânica, fruticultura e grãos orgânicos. Segundo a reportagem, a concessão do selo orgânico coloca em destaque, no contexto da região, o CAPA, a ACEMPRE e a Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon, pois, segundo o coordenador do CAPA, este selo de qualidade não é uma conquista individual e isolada, mas o resultado de um somatório de esforços e experiências conjuntas entre agricultores, associação e centros de apoio.

A reportagem destaca que, além das 12 famílias¹³ que já receberam o certificado de produtor orgânico, outras 20 estão em processo de conversão de suas propriedades, visando a esta certificação. A reportagem destaca a avaliação do engenheiro agrônomo Rogério Suniga Rosa, que representou o Conselho Estadual de Agricultura Orgânica. Segundo ele, Marechal Cândido Rondon é um dos municípios mais avançados neste processo de produção, sendo que a organização dos produtores e o sistema de comercialização permitem garantir ao grupo rondonense um avanço

¹² A ACEMPRE constitui uma associação cuja principal preocupação é a comercialização da produção agrícola orgânica dos seus associados. O CAPA constitui a entidade que atua com conhecimento técnico e cujos maiores beneficiários são os agricultores associados à ACEMPRE.

¹³ De acordo com informação que obtivemos junto ao CAPA, em novembro de 2000 já eram 20 as famílias que receberam o selo de qualidade orgânico. Posteriormente, quando realizamos as primeiras entrevistas com agricultores, percebemos que o número de agricultores habilitados com o selo continuava crescendo.

cada vez maior na conquista do mercado com seus produtos orgânicos. Para o prefeito municipal Ariston Limberger, a certificação com este selo é mais um esforço a favor da qualidade de vida de que usufrui o povo rondonense. Em seu pronunciamento, ele lembrou que Marechal Cândido Rondon foi considerado pela ONU como o terceiro melhor município para se viver no Paraná, título este que se justifica com ações como as dos pequenos produtores rurais, que buscam na agricultura orgânica “*mais vida para quem produz e mais saúde para quem consome*”.

Esta solenidade, que relatamos segundo a ótica do jornal *Costa Oeste*, e na qual tivemos a oportunidade de estar presente, parece apontar para um ponto alto da atuação do CAPA enquanto organização não-governamental vinculada aos interesses da agricultura familiar com base de atuação a partir do Município de Marechal Cândido Rondon. Por outro lado, ficou evidente que, para falar em CAPA, é necessário falar também na ACEMPRE, entidade associativista vinculada aos agricultores familiares evangélicos e que antecede, em termos de associação comunitária, aos trabalhos do CAPA¹⁴.

Por outro lado, o que foi presenciado nesta solenidade parece apontar para a idéia principal que norteia essa reflexão, ou seja: A agricultura familiar, enquanto projeto imobiliário relacionado à construção do espaço colonial no oeste do Paraná, a partir dos anos 50, subsistiu como um projeto arcaizante à margem do processo capitalista de avanço no campo. A partir dos anos 60 e 70, este projeto é “cercado” pela modernização agrícola, que passa então a adaptar-se ao sistema capitalista de forma gradativa e singular. Neste caso, presenciamos a parceria ACEMPRE/CAPA. No momento atual, a agricultura familiar se rearticula no sentido de subsistir no capitalismo. Esta rearticulação, que discutiremos melhor na seqüência, passa por novas inserções técnicas associadas a formas de cooperação e associação de certa forma já presentes no início da formação do espaço colonial nacional no oeste do

¹⁴ Segundo Tânia Regina Zimmermann, “a formação inicial desses núcleos (que estabelece um grupo com no mínimo cinco mini-produtores) ocorreu no período de 1989 a 1992, a partir de uma proposta da Igreja Evangélica da Baviera, Alemanha, solicitando um elemento formado em agronomia, para um período de formação (especialização) na Baviera. Após seu retorno, esse agrônomo comprometeu-se com a formação de associações, tendo por objetivo a organização da pequena produção familiar no oeste paranaense, através da viabilização de alternativas essas dadas em decorrência do modelo do binômio soja/trigo e do atrelamento a cooperativas, e pelo modelo excludente inviabilizado pelos custos e pela não capitalização dos pequenos agricultores” (1995, p. 45).

Paraná, e que tem agora o CAPA como entidade interlocutora e estimuladora nos processos de produção familiar voltados à produção orgânica.

Mais vida e saúde¹⁵

Em entrevista¹⁶ concedida à Rádio Difusora do Paraná, em 18 de junho de 2000, Vilmar Saar, coordenador do CAPA, fala de sua origem, seu *modus operandi* e seus objetivos. Segundo ele, o CAPA surgiu há mais de 20 anos, no Rio Grande do Sul, a partir de uma iniciativa da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, num trabalho voltado aos agricultores familiares. Por que a Igreja Luterana se teria importado com os agricultores familiares? Vilmar responde:

A história está intimamente ligada à própria história da Igreja. A IECLB é uma Igreja que até hoje tem mais de 60% de seus membros vivendo no ou em função do meio rural. E esta Igreja que surgiu no Brasil em função da emigração de descendentes alemães para o Brasil e do Rio Grande e Santa Catarina migraram para o oeste do Paraná, e daqui migraram para novas regiões no norte do Brasil, também migraram para as cidades e para o Paraguai. A Igreja chegou a um momento em que se perguntou, numa ampla discussão a nível nacional, se ela não deveria fazer algo em apoio a esses pequenos agricultores. Em função disso é que então surgiu o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (SAAR, entrevista concedida à Rádio Difusora do Paraná, em 18 de junho de 2000).

No oeste do Paraná, o surgimento do CAPA foi em função de um esforço comunitário envolvendo membros e obreiros da IECLB, até porque esta região é de caráter predominantemente agrícola. O CAPA, segundo Saar, faz um trabalho a partir de organização de grupos de pequenos agricultores, desenvolvendo paralelamente serviços técnicos de apoio à produção, comercialização, divulgação técnica e relações institucionais, onde a entidade busca as mais diversas formas de parcerias

¹⁵ “Mais vida para quem produz, mais saúde para quem consome” é uma espécie de lema do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor.

¹⁶ A entrevista foi feita no quadro *A personalidade da Semana*. Este programa, que vai ao ar aos domingos em horário nobre (ao meio-dia), é de grande audiência em toda a região oeste do Paraná, sendo conduzido pelo repórter Lincoln Leduc.

com outros órgãos e prefeituras municipais. Questionado se o trabalho do CAPA, surgindo sob a égide da IECLB, não estaria apenas voltado aos interesses dos agricultores luteranos, Vilmar esclarece tratar-se de um trabalho ecumênico, onde não há distinção de confessionalidade muito embora a origem possa ser luterana, principalmente em se tratando dessa área de atuação, ou seja, a agricultura familiar.

Sobre o financiamento das atividades do CAPA, Vilmar informa que é feito a partir de recursos da EZE - Associação Evangélica de Cooperação e Desenvolvimento, uma instituição alemã, cujos recursos em sua maioria vêm de fundos públicos alemães, ou seja, o Ministério do Exterior da Alemanha, que está voltado para o Terceiro Mundo. Informa que, segundo orientação da EZE, o trabalho do CAPA não deve ser confundido com um trabalho missionário proselitista e não deve ser voltado unicamente aos pequenos agricultores luteranos, pois é antes de tudo um trabalho de solidariedade e construção de cidadania. Vilmar informa que, em muitos lugares onde atua o CAPA, este conta com apoio de lideranças e pastores fora da denominação luterana.

Questionado sobre como sobreviveria um casal com três filhos em uma área de 5 alqueires, Vilmar responde que isto é uma questão que não deixa de ser desafiadora, mas muito relativa. Porém, acredita que esta família possa sobreviver bem dependendo de onde eles estejam e o que cultivam. Na região de Marechal Cândido Rondon, se esta família resolver plantar grãos, ela precisa plantar grão diferenciado, com manejo ecológico de baixo custo, como soja orgânica, por exemplo, onde a maior lucratividade e mercado mais especializado compensaria o investimento. No entanto, as atividades mais viáveis para a pequena propriedade estariam na fruticultura e na horticultura¹⁷. Segundo Vilmar, é possível, sim, a sobrevivência de uma família em uma pequena propriedade, desde que se responda adequada e tecnicamente à pergunta: “O que se produz e onde está?” Sobre este “onde está”, Vilmar lembra ser inviável uma produção de horticultura estando sozinho e distante do mercado. O CAPA prioriza a produção de alimentos sem agrotóxicos, por apresentarem boas perspectivas de mercado e uma demanda crescente na própria região oeste do Paraná. Haveria um mercado potencial no oeste do Paraná, de cerca de 1.000.000 de habitantes.

¹⁷ Foi citado, nesta entrevista, o trabalho do senhor Germano Hardke, pioneiro na agricultura orgânica no município de Marechal Cândido Rondon e que sobrevive em apenas meio hectare de terra. Mencionou-se, inclusive, o prêmio como produtor modelo em âmbito nacional, que Germano teria recebido do Presidente da República.

Vilmar alerta que a conversão da propriedade para propriedade agroecológica deve ser feita progressivamente e sugere o início pela horticultura, capaz de dar uma resposta mais rápida e segura ao agricultor. Destaca que a agricultura agroecológica, no início, poderá ter um custo maior, sendo que este custo poderá cair com o tempo, tornando-se inclusive inferior à agricultura “convencional”. De qualquer forma, Vilmar acredita que, na agroecologia, é possível chegar a um preço justo para o produtor, sem necessariamente explorar o consumidor. Muito embora boa parte da população ainda desconheça, já existem, nos supermercados de Marechal Cândido Rondon, bancas que comercializam produtos sem agrotóxicos, com o selo CAPA/ACEMPRE, apenas ligeiramente mais caros que os demais produtos similares¹⁸. Vilmar, no entanto, salienta que o agricultor que resolver dedicar-se à agroecologia precisa estar bem consciente do que vai iniciar e que é preciso ter a paciência adequada para colher os primeiros frutos, pois os custos iniciais podem ser maiores do que os primeiros retornos.

A conversão da propriedade em unidade produtora agroecológica, segundo o CAPA, é estimada em até três anos. Há certos compromissos a serem seguidos por parte do agricultor ao se integrar ao CAPA. O agricultor que não cumprir as normas do CAPA pode vir a ser desligado.

Nova paisagem do CAPA

É evidente concluir que o CAPA está empenhado em construir uma nova paisagem no meio rural. Uma paisagem que inclua a inserção responsável do homem sem necessariamente deteriorar este ambiente onde ele está inserido. Esta tarefa não é fácil e exige considerável esforço e sabedoria de todos os envolvidos nesta empreitada. A preconizada *revolução verde*¹⁹ não resolveu qualitativamente o problema alimentar, além de deteriorar significativamente o meio ambiente com a introdução

¹⁸Este autor já detectou um pé de alface sem agrotóxico, e com selo do CAPA, mais barato que o seu similar produzido com outros cuidados químicos. No entanto, a possibilidade de um melhor retorno financeiro para quem se dedica à agroecologia é sinalizado nas reuniões do CAPA.

¹⁹ Peter Rosset, em artigo que leva o título *A nova revolução verde é um sonho*, publicado durante o Fórum Social Mundial 2001, denuncia uma nova investida das grandes empresas de produção de agroquímicos para salvar as 786 milhões de pessoas que sofrem de fome no mundo. O autor recorda da promessa original da revolução verde

maçã dos chamados agrotóxicos. As conseqüências disto foram as mais perversas possíveis, fazendo os agricultores abandonarem práticas saudáveis de uso do solo em busca do lucro rápido. É neste cenário que atua o CAPA. Além de estimular e ensinar a desintoxicar a terra, preocupa-se também em reeducar o agricultor no sentido de não apenas garantir sobrevivência a ele e sua família, mas também proporcionar mais saúde a produtores e consumidores. Esta é a nova paisagem preconizada pelo CAPA. Uma paisagem onde se possibilita a reconstrução de um ambiente saudável para todos.

Quando as famílias de colonos começaram a chegar a partir dos anos 50 ao oeste do Paraná, construiu-se aí um espaço colonial bem mais saudável do que aquele que veio no pacote tecnológico da *revolução verde*. O espaço que se busca reconstruir agora não ignora a tecnologia, porém a aplica com reflexão. A reconstrução é muitas vezes mais penosa do que a construção e, não raras vezes, exige muito esforço, dedicação e busca de novos conhecimentos, os quais, às vezes, podem ser os antigos conhecimentos, porém sem ignorar as novas demandas. Perguntei a um agricultor se o que ele estava fazendo se assemelhava ao que seu pai fazia quando chegou ao oeste do Paraná. Ele respondeu que sim, porém hoje, concluiu, sabe-se mais a respeito do solo e, portanto, podem-se adotar medidas corretivas neste solo com mais eficiência.

Neste contexto de reconstrução da paisagem, destaco o surgimento do jornal *Nova Paisagem*. *Nova Paisagem* é uma publicação do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor vinculado ao CAPA, REGIÃO III da IECLB. Este periódico teve sua primeira publicação em setembro de 1994.²⁰ O editor assim se expressa no primeiro editorial do jornal:

de acabar com a fome através do emprego de semente milagrosas e alerta que enfrentar o problema da fome limitando-se a aumentar a produção de alimentos será uma alternativa que novamente levará ao fracasso, já que não será modificada a pronunciada concentração do poder econômico e, especialmente, o acesso à terra. Destaca, inclusive, que o Banco Mundial chegou à conclusão, num importante estudo realizado em 1986, que a fome mundial só poderá se aliviar por meio da redistribuição do poder de compra e dos recursos em favor dos que estão desnutridos. Em resumo, se os pobres não têm dinheiro para comprar alimentos, o aumento da produção não os ajudará. Em seu artigo, Rosset destaca que "*o único modelo com o potencial para acabar com a pobreza rural e para proteger o meio ambiente e a produtividade da terra para as futuras gerações é uma agricultura baseada na exploração das pequenas fazendas que sigam os princípios da agroecologia*". Peter Rosset é co-diretor do Food First/The Institute for Food and Development Policy e co-autor do livro *World Hunger: Twelve Myths* (1998).

²⁰O jornal circulava deste 1979 como encarte bimensal no Jornal Evangélico, com circulação nacional.

Está chegando em suas mãos o primeiro exemplar do nosso boletim, o Nova Paisagem. Após alguns meses de intervalo estamos retornando com o Nova Paisagem com o propósito de atingir diretamente o pequeno agricultor através da distribuição massiva. O Nova Paisagem quer ser um elo de ligação entre o CAPA e os pequenos agricultores, divulgando as atividades desenvolvidas e as tecnologias adaptadas à pequena propriedade. Além do serviço ecológico, entendemos por Nova Paisagem a reestruturação da pequena propriedade a partir da adoção de tecnologias alternativas, de baixo custo, que preservem o meio ambiente e que venham ao encontro da realidade do pequeno agricultor. Os agricultores e suas famílias também são incentivadas a participar do processo de transformação, através da sua atuação nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, nas Associações de Pequenos Agricultores ajudando na construção de uma nova sociedade, mais justa e fraterna para todos (Editorial, set, 1994).

Esta mensagem, que abre o primeiro número de *Nova Paisagem*, parece sintetizar a linha de trabalho e os objetivos do CAPA. Por outro lado, este informativo sinaliza para um procedimento que, pelo que percebemos, é rotineiro no CAPA, ou seja, a informação e o assessoramento aos pequenos agricultores. Em março de 1998, este jornal, numa edição comemorativa aos 20 anos do CAPA, traça um histórico desta entidade, histórico que procuraremos sintetizar nos próximos parágrafos.

O relato inicia destacando que a origem do CAPA está diretamente ligada à história da IECLB, cuja trajetória acompanha o mesmo movimento que trouxe os imigrantes alemães para as “colônias velhas”, ou seja, as primeiras regiões colonizadas a partir de 1924, na região do Vale dos Sinos, RS. Com a expansão da fronteira agrícola e o deslocamento de colonos para outras regiões do estado/País, a IECLB, também foi ampliando sua área de intervenção. Primeiramente em direção às “novas colônias” e, mais tarde, para o noroeste do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina, para onde foram “empurrados” os descendentes dos colonos alemães. Os latifúndios instalados nas terras planas do sul se impunham como uma barreira intransponível a impedir que a nova corrente migratória para lá se dirigisse.

O processo de ocupação do solo através da atividade agropecuária moldou o perfil da base social da IECLB e, até 1972, 70% dos membros se constituíam de pequenos agricultores descendentes dos colonos alemães. No final dos anos 70, a chamada *revolução verde* já mostrava as

conseqüências deste modelo tecnológico, entre elas, o desaparecimento de muitas espécies de seres vivos, o desgaste dos solos, a contaminação do meio ambiente e, principalmente, a expulsão do homem do campo. Preocupada com a significativa redução do número de membros e com o crescente empobrecimento daqueles que permaneciam, a IECLB decidiu organizar um serviço específico para os pequenos agricultores. Este relato é confirmado por Vilmar Saar, em entrevista já mencionada neste artigo.

Na conferência dos pastores regionais realizada nos dias 17 e 18 de maio de 1978, é criado o Centro de Aconselhamento ao Pequeno Agricultor - CAPA, iniciando as suas atividades em 15 de junho de 1979, na cidade de Santa Rosa/RS, atuando numa área que inicialmente abrangia 112 municípios do Noroeste do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina. O relato destaca que o CAPA foi criado pela IECLB com o objetivo de orientar, conscientizar, apoiar e acompanhar os pequenos agricultores através de reuniões, seminários de lideranças, seminários com jovens, palestras, cursos práticos, oferecendo novas alternativas e procurando fixar o homem no campo. Informa-se que o CAPA, em suas diferentes fases, foi financiado por entidades da Alemanha. Atualmente, o CAPA é financiado pela Associação Evangélica de Cooperação e Desenvolvimento - EZE.²¹

Nos primeiros anos, as atividades do CAPA ficaram limitadas à 3ª Região Eclesiástica da IECLB, região que idealizou o projeto em 1975. A intenção, no entanto, era estender o trabalho a âmbito nacional, utilizando as estruturas existentes da IECLB. Registre-se que o CAPA nasce com proposta alternativa de produção e consumo no mesmo momento que explodem, na região, as lutas sociais e políticas que se constituíram nos quatro principais movimentos de trabalhadores rurais ressaltados pela edição especial do *Nova Paisagem*, ou seja, Movimento Sindical Combativo, Movimento dos Sem-Terra, Comissão Regional dos Atingidos por Barragens e Movimento da Mulheres Trabalhadoras Rurais.

Em síntese, pode-se dizer que a proposta do CAPA se fundamenta na disseminação de práticas alternativas, econômica e ecologicamente sustentáveis, questionando o modelo de desenvolvimento e o papel da extensão oficial, contrapondo-se aos “pacotes” da modernização e aos

²¹Evangelische Zentralstelle Für Entwicklungshilfe E. V

vínculos de dependência criados pela integração do pequeno agricultor familiar à agroindústria de alimentos.

Ao destacar 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho, Markus Brose ressalta que, no auge da expansão do pacote tecnológico da *revolução verde* no interior do estado, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB passou a se preocupar cada vez mais com o crescente número de seus membros que se tornaram migrantes e deixavam as comunidades rurais, em especial aqueles que se dirigiam a Mato Grosso e Rondônia. Em meados dos anos 70, foi criado o Centro de Apoio ao Migrante - CAMI, que procurava assessorar estas famílias migrantes. No entanto, diante do vulto que o movimento de êxodo acabou tomando, a IECLB decidiu tentar atuar junto à origem do problema, já que a causa desta situação não estava nas famílias dos produtores, mas no modelo então vigente no campo (BROSE, 2000: 169).

Brose informa que, em 1978, foi criado o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor - CAPA, em Santa Rosa, que atuou até 1987 prioritariamente na realização de seminários regionais para o diagnóstico e discussão da realidade no meio rural e iniciativas piloto em propriedades selecionadas. Em 1988, foram criados dois núcleos, um em Erexim e outro em Três de Maio. Em 1994, decidiu-se priorizar o extremo norte do estado e o oeste de Santa Catarina. Foi fechado o núcleo de Três de Maio, e ampliada a equipe técnica do núcleo de Erexim, de 2 para 7 pessoas. Além disso, o CAPA decidiu redirecionar o seu enfoque para trabalhar sistematicamente com grupos. O enfoque estava na busca pela organização dos produtores, na agregação de valor à produção familiar e no fomento à agroecologia. Concluindo seu relato, Brose destaca que, com recursos da Central Evangélica de Cooperação e Desenvolvimento - EZE, da Alemanha, foi criado um pequeno fundo rotativo para atender aos grupos da região. Informa que o CAPA conta atualmente com dois eixos prioritários de atuação: apoio à saúde e apoio à produção. Existem mais quatro núcleos do CAPA: São Lourenço do Sul e Santa Cruz do Sul, no RS, e Marechal Cândido Rondon e Verê, no Paraná (BROSE, 2000: 169).²²

²²Sobre a criação de núcleos do CAPA em outras regiões, a edição comemorativa dos 20 anos de fundação da entidade informa que, em 1982, a Região IV criou o CAPA em São Lourenço do Sul/RS; mais tarde, foi criado o CAPA da Região VI, em Santa Cruz do Sul/RS. Em 1997, foram criados mais dois núcleos do CAPA na Região V, em Verê e Marechal Cândido Rondon/PR.

Nosso interesse volta-se neste artigo, prioritariamente à atuação do CAPA enquanto núcleo de Marechal Cândido Rondon, o que não impede de detalhar a origem e objetivos desta entidade no âmbito das dificuldades criadas pela *revolução verde*, ao agricultor familiar. Chama atenção o fato de que esses núcleos recebem fomento de entidade evangélica da Alemanha e, segundo consta, destina-se à formação de um fundo rotativo destinado a pequenos empréstimos aos agricultores familiares, fundos que seriam ressarcidos posteriormente em produtos agrícolas.²³

Ao analisarmos o surgimento e a finalidade das organizações não-governamentais, procuraremos explicar mais adequadamente esta questão. De qualquer forma, vale lembrar que a EZE cumpre, nestes tempos de globalização, os objetivos que a *Igreja-Mãe* Luterana, num outro momento da história, cumpria. A Igreja Luterana, segundo o relato de Schumann e já por nós destacado, só teria sobrevivido dentro das circunstâncias do Estado brasileiro, por manter os estreitos vínculos, inclusive jurídicos, com a *Igreja-Mãe* da Alemanha. Deste vínculo fazia parte o envio de pastores, evangelistas, professores, diáconos e diaconisas, remessa de literatura e considerável auxílio financeiro.

A edição comemorativa que viemos destacando informa que, no início, o projeto do CAPA previa a implantação das “Propriedades Modelo Nova Paisagem”, em propriedades com áreas entre 10 a 25 hectares. Nestas propriedades haveria a reconstrução das benfeitorias de uma maneira funcional (*Galpão Modelo CAPA*)²⁴, uma reestruturação na produção, utilização de técnicas de conservação do solo, rotação de culturas e diversificação na produção, além da instalação de hortas,

²³O fundo rotativo é considerado, pelo CAPA, como um importante instrumento de exercício do associativismo, resultado na constituição de grupos. Mais do que financiar tais iniciativas, o fundo rotativo tem o objetivo pedagógico de desenvolver o espírito comunitário e o associativismo. O fundo ainda é visto como fator de reaplicabilidade da proposta do CAPA e requer uma contrapartida de 25% por parte dos agricultores beneficiados. O pastor Arzemi Hoffmann, em seu relatório, informa que o empréstimo é indexado em produto agrícola.

²⁴De acordo com informação junto a coordenação geral do CAPA em Marechal Cândido Rondon, constatou-se que o projeto *Galpão Modelo CAPA* foi abandonado por se tornar inviável sua implantação, tendo em vista as condições reais do agricultor. Informou-se ainda que este projeto está relacionado à fase em que o CAPA se denominava Centro de Aconselhamento (Saar, entrevista concedida em 6 de fevereiro de 2001).

pomares, pastagens cultivadas com área de reflorestamento. O projeto ainda previa o aproveitamento de novas fontes de energia nas propriedades, entre elas, o sol, os ventos, os cursos naturais de água e a construção de biodigestores.

O CAPA, em seu *modus operandi*, dá relevância à informação, que é feita de forma diversa, ou seja, nas reuniões, ou através de outros meios de comunicação. Neste caso, os panfletos explicativos e cartilhas são de uso corrente entre os associados.²⁵ Sobre o suplemento técnico rural “Nova Paisagem”, do qual obtivemos diversas informações sobre o CAPA e sua maneira de agir, registre-se que começou a ser publicado em dezembro de 1979. A edição comemorativa que utilizamos como fonte informa que, em 1988, este suplemento atingia um público de 12.000 leitores. Informa ainda que este suplemento, de periodicidade bimensal, estava encartado no Jornal Evangélico, com circulação nacional. Registra-se, igualmente, o programa de rádio que era produzido pelo Centro de Produção da Material (CEM), gravado nos estúdios da Instituição Sinodal de Assistência, Educação e Cultura (ISAEC), transmitido por vinte emissoras, em espaços patrocinados por empresas comerciais locais.

O histórico do CAPA, encartado na edição do “Nova Paisagem”, de março de 1998, destaca que, em fevereiro de 1988, o CAPA de Santa Rosa foi transferido para Erexim e que em dezembro deste mesmo ano, foi criado um segundo núcleo, em Três de Maio/RS. Desde então, estruturou-se em dois núcleos, com áreas geográficas de intervenção própria, sendo eles o de Erexim, e o de Três de Maio.²⁶ O de Erexim, abrangendo os distritos eclesiais de Alto Jacuí, Concórdia e Uruguai e o de Três de Maio, abrangendo os distritos eclesiais de Buricá, Ijuí, Santa Rosa e Yucumã. Ainda neste ano, decidiu-se homogeneizar o nome dos projetos com programas e atividades afins, ligados a outras regiões eclesiais da IECLB, financiadas pela mesma entidade do exterior. Assim, o Centro de Aconselhamento ao Pequeno Agricultor passa a ser

²⁵Vale destacar, neste contexto, o desenvolvimento do projeto *Terra Solidária*, em curso no núcleo de Marechal Cândido Rondon, que visa possibilitar que os agricultores concluam o ensino básico através de módulos ministrados periodicamente. Entre outros objetivos, este projeto visa preparar agricultores como agentes de desenvolvimento rural.

²⁶A partir de avaliação realizada em 1994, decidiu o CAPA pelo fechamento do núcleo de Três de Maio, subsistindo a união dos núcleos. Com a unificação dos núcleos e das equipes técnicas, criaram-se condições para uma melhor inserção e o aumento do número de famílias atingidas nesta área geográfica.

denominado de Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, permanecendo a sigla e o enfoque de trabalho, pelo que pudemos concluir a partir das fontes consultadas.

A fonte que mencionamos no parágrafo anterior destaca que, em abril de 1991, foi realizado um seminário de avaliação, possibilitando identificar as demandas relacionadas à formação técnica, à formação em política agrícola, à formação para jovens, ao associativismo e à administração rural. Uma vez redefinido seu papel, o CAPA deveria centrar esforços em informar sobre as mudanças, discutir possíveis soluções, reforçar o apoio técnico e o incentivo à organização associativa. O novo projeto resultante deste seminário previu, para o triênio 1991/1994, o desenvolvimento de programas de apoio à produção, ao associativismo, à cooperação agrícola, à saúde, às atividades de formação, à comunicação e à divulgação. O eixo central das atividades seriam o manejo de solos, a criação de animais, a fruticultura e a apicultura. Neste sentido, deveria haver um incremento nos fundos de apoio às iniciativas comunitárias e à experimentação e demonstração nas propriedades. Um banco de sementes e mudas propiciaria uma ampla distribuição de amostras. Também as atividades de formação para jovens deveriam ser intensificadas.

Ao concluir a avaliação sobre os 20 anos do CAPA, o encarte apresentado pela edição do “Nova Paisagem” de março de 1998 destaca que, desde o início, o CAPA se preocupou com a pequena propriedade descapitalizada, com a organização e união dos pequenos agricultores, com a preservação do meio ambiente e a divulgação da agricultura alternativa. Neste sentido, o trabalho desenvolvido pelo CAPA tem a intenção de somar esforços com as outras entidades e movimentos atuantes nos municípios, como cooperativas, extensão oficial, ONGs, pastorais e prefeituras.²⁷

Fica evidente que o CAPA está empenhado em mostrar um norte aos pequenos agricultores diante das dificuldades impostas pela globalização. Sobre a possibilidade da construção dessa *nova paisagem* e alertando para a existência de um caminho alternativo, destaco matéria

²⁷A edição n° 15 do “Nova Paisagem” informa que o CAPA faz parte da rede TA-SUL, formada pelas seguintes entidades: ASPTA, APACO, CETAP, CAE-Ipê, Centro Vianey de Educação Popular, RURECO, DER/FUNDEP, ASSESSOAR, CEPAGRI. Pertence também ao Fórum Sul de ONGs e à Plataforma de Articulação e Diálogo (PAD).

jornalística por nós publicada em fevereiro de 2001. O texto em tela tem a intenção de concluir a presente reflexão:

O sábio que escreveu o Eclesiastes já dizia que tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo o propósito debaixo do céu, e nisto se inclui um tempo de nascer e um tempo de morrer. Todo dia tem gente nascendo e gente morrendo. A morte, como o nascimento, faz parte da vida. Um dia, cedo ou tarde, todos partimos, quer tenhamos sido bons ou maus. Algumas mortes, no entanto, são de difícil aceitabilidade, como a de dois agricultores, acontecidas na véspera de Natal na paisagem que circunda minha aldeia.

Um morreu eletrocutado quando passava veneno na lavoura. Não percebeu a rede de alta tensão, e foi colhido com uma descarga mortal quando passava por baixo dela com as hastes da máquina de passar veneno levantadas. Outro, segundo apurei, começou a passar mal após supervisionar sua lavoura de fumo, onde havia passado um veneno letal. Oficialmente, teria morrido de enfarte. Não foram os primeiros que morreram assim. Todos gostaríamos que fossem os últimos. Estes morreram acidentalmente, outros estão morrendo devagarinho. O veneno é o protagonista comum destas vítimas da *revolução verde*, que começou para valer, aqui no oeste do Paraná, a partir dos anos 70.

Às vezes, temos a ilusão de que somente os que trabalham diretamente com o veneno é que estão correndo riscos. Ficamos contentes quando, a baixo preço, podemos comprar, no supermercado, uma lata de óleo de soja sem colesterol. O que dizer, porém, quando, transitando pelas rodovias, encontramos, ao lado das lavouras, placas de advertência do tipo: *Cuidado, lavoura tratada com veneno. Não entre*. Dizem os entendidos que isso não é tão perigoso assim, e que, com o tempo, o veneno se dissolve e perde o seu poder ativo.

A verdade é que, neste últimos anos, nossa paisagem mudou muito. A paisagem saudável virou uma paisagem perigosa e, não raras vezes, letal. Muitos já pagaram o preço dessa mudança com a própria vida. Haveria possibilidades de recuperar esta paisagem? Algumas experiências mostram que sim. O Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor - CAPA é uma dessas entidades empenhadas em construir uma nova paisagem no meio rural. Uma paisagem que inclua a inserção responsável do homem ao meio, sem necessariamente deteriorar o ambiente onde está inserido.

Esta tarefa, no entanto, não é fácil e exige considerável esforço e sabedoria de todos os envolvidos. A preconizada *revolução verde*, a pretexto de aumentar a produção – leia-se lucro – não só não resolveu qualitativamente o problema alimentar, como deteriorou significativamente o meio ambiente com a introdução maciça dos chamados agrotóxicos. As conseqüências disto foram as mais perversas

possíveis, fazendo os agricultores abandonarem práticas saudáveis de uso do solo em busca do lucro rápido. Urge, portanto, a reconstrução de uma nova paisagem que se personifique num ambiente mais saudável para todos.

Quando as famílias de colonos começaram a chegar, a partir dos anos 50, no oeste do Paraná, construiu-se aí um espaço colonial bem mais saudável do que aquele que veio no pacote tecnológico da *revolução verde*, a partir da década de 70. O espaço que se precisa reconstruir agora não deve, como muitos imaginam, ignorar a tecnologia, porém deve aplicá-la com reflexão. A reconstrução é, muitas vezes, mais penosa do que a construção e, não raras vezes, exige muito esforço, dedicação e busca de novos conhecimentos que, às vezes, também podem ser os antigos. Perguntei a um agricultor que se dedica à agroecologia, se o que ele estava fazendo se assemelhava ao que seu pai fazia quando chegou no oeste do Paraná. Ele me respondeu que sim, porém hoje, conclui ele, se sabe mais a respeito do solo e, portanto, podem-se adotar medidas corretivas neste solo com mais eficiência e segurança. Há um respeito que precisa ser recuperado no tratamento com o solo que se reflete imediatamente sobre os seres humanos. E, a melhor notícia é que isto é possível.

A reconstrução desta paisagem, porém, não passa pela adoção do trágico modelo que descrevemos no início deste artigo. Numa conversa que tivemos com o agrônomo Marco Antônio Bilo Vieira – empenhado em ensinar procedimentos sadios no trato com o solo – fomos por ele alertados sobre a existência de *um outro caminho* possível de ser trilhado e que leva a uma sociedade mais justa a se unir em torno de seus direitos e deveres. Segundo o agrônomo, *“este outro caminho é o da valorização da vida, que precisamos ressaltar com muita importância no aspecto individual e no aspecto sociedade (VANDERLINDE, 2001: 2).*

Entendemos que historiadores têm direito de idearem um futuro desejável para a humanidade, quanto mais para a sua aldeia. Neste caso, o futuro desejável passa pela valorização da vida, que está em curso no oeste do Paraná. A agroecologia que ainda pode ser considerada uma gota no oceano, é uma gota real, que como a água cristalina, traz em seu bojo a vida. Está em curso no oeste do Paraná a construção de uma nova mentalidade que se refletirá no aparecimento de uma nova paisagem. O CAPA e os agricultores familiares do oeste do Paraná são os protagonistas dessa construção que está trazendo mais vida e saúde para quem produz e consome.

O CAPA e os pequenos agricultores no oeste do Paraná não apenas se movem mas constroem vida e cidadania. Esta é a sua maior riqueza.

Dela resulta uma confiança inabalável no futuro. O engajamento deste autor com a problemática dos pequenos agricultores no oeste do Paraná, na construção de estratégias de vida diante das demandas da contemporaneidade, revela sua real intenção ao projetar um futuro desejável a estes. Guardadas as limitações, sintetizaríamos dizendo que esta reflexão constitui um ato de fé na vida.

Fontes citadas

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de e RENAUX, Maria Luiza. In: NOVAIS, Fernando (coord). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- BERNHARD, Rui e KIRCHHEIM, Huberto (org). *As raízes da pobreza e da fome no Brasil*. São Leopoldo: Sinodal, 1990.
- BROSE, Markus. *Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho*. Porto Alegre: 2000.
- COSTA OESTE. *Rondonenses conquistam o selo de qualidade orgânica*. Santa Helena, 22 de junho de 2000, p. 18.
- GREGORY, Valdir. *Os euro-brasileiros e o espaço colonial: a dinâmica da colonização no oeste do Paraná nas décadas de 1940 a 1970*. Niterói: 1997.
- GREGORY, Valdir. *Imigração alemã: formação de uma comunidade teuto-brasileira*. In: Brasil: 500 anos de povoamento/ IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informação, 2000.
- HOFFMANN, Arzemiro. *Histórico do CAPA*. Texto xerografado, sem data, cedido por Vilmar Saar. Marechal Cândido Rondon, 2000.
- LIENHARD, Marc. *Martim Lutero: tempo, vida e mensagem*. São Leopoldo: Sinodal, 1998.
- MERTZ, T. Urbano. *Um estudo das transformações sociais e econômicas de uma sociedade de colonos da região oeste do Paraná*. Rio de Janeiro: (dissertação de mestrado) UFRRJ, junho de 2000.
- NOVA PAISAGEM. *Um pouco de nossa história*. Erexim, março de 1998.
- NOVA PAISAGEM. Editorial. Erexim, setembro de 1994, p.2.
- PAWELKE, Jochen. *Ficando rico no oeste do Paraná*. Marechal Cândido Rondon: Sem data.
- SAAR, Vilmar. *Entrevista cedida ao quadro "personalidade da semana"*. Rádio Difusora do Paraná, 18 de junho de 2000.
- SAAR, Vilmar. *Entrevista cedida a Tarcísio Vanderlinde*. 6 de fevereiro de 2001.
- SAATKAMP, Venilda. (org) *Desafios, lutas e conquistas: história de Marechal Cândido Rondon*. Cascavel: ASSOESTE, 1984.
- SCHALLENBERGER, Erneldo e COLOGNESE, Silvio Antônio. *Migrações e comunidades cristãs: o modo-de-ser evangélico-luterano no oeste do Paraná*. Toledo:

Editora Toledo, 1994.

STEYER, Walter O. *Os imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e luteranismo*. Porto Alegre: Editora Singular Ltda, 1999.

VANDERLINDE, Tarcísio. *Um outro caminho*. In: *O Jornal*, Fevereiro de 2001. p.2.

WACHOWICZ, R. *Obrageiros, mensus e colonos*. História do oeste paranaense. Curitiba: Vicentina, 1982.

ZIMERMANN, Tânia Regina. *Pequena produção familiar*. (Texto xerografado), Marechal Cândido Rondon: 1995.